



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2021
(Processo Administrativo nº 23074.069504/2021-21)

1. DO OBJETO

1.1. **Aquisição de Fardamentos** para atender a Demandas do Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Catmat	Solicitação Mínima	Valor Médio	Valor Máximo Aceitável
01	Camisas modelo polo em malha fria na cor branca com detalhes em azul e impressas com logomarcas do CAVN e UFPB. TAM: P, M e G, XXG.	Unid	1320	150282	100	R\$ 25,58	R\$ 33.765,60
02	Camisa branca em malha fria ou algodão, com logo do CAVN. TAM:P, M e G, XXG.	Unid	4200	150284	200	R\$ 15,43	R\$ 64.806,00
03	Camisa social MANGA LONGA em tecido tricoline ou algodão com logo do CAVN e UFPB TAM: P, M e G, XG.	Unid	100	265519	20	R\$ 46,00	R\$ 4.600,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da data de assinatura do contrato ou da data de aceitação do instrumento equivalente, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens, objeto desta aquisição, são classificados nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520 de 2002, pois são bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, uma vez que não há qualquer nível de complexidade de consecução para o contratado, posto que este é apenas um intermediário entre aquele que, de fato, os produz e o contratante.

4.2. A presente licitação será realizada, valendo-se da modalidade PREGÃO na forma ELETRONICA SRP em virtude de o objeto licitado, aquisição de fardamento, enquadrar-se na

categoria de bem comum, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados do(a) solicitação de entrega, em remessa (*parcelada*), no seguinte endereço

Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias – Campus III – Cidade Universitária – SN – Bananeiras/PB – CEP: 58220-000

5.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência na proposta.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7. O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete;

5.8. Os materiais devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais /empenhos diferentes numa mesma embalagem;

5.9. Os materiais não devem apresentar avarias ou adulterações;

5.10. Os materiais devem ser entregues em embalagens originais contendo a data e número do lote de fabricação e prazo de validade;

5.11. Os materiais devem estar identificados quanto ao número da licitação, nome da Empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
-

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13.1.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que não há grande complexidade quanto ao fornecimento dos materiais.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

- 14.1.5. cometer fraude fiscal;
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.2.2. multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (15) dias;
- 14.2.3. multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.
- 14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
-

- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 15.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 103.171,60

Bananeiras/PB, 19 de agosto de 2021.

BRUNO FERREIRA MATOS
ASSESSOR ADMINISTRATIVO
SIAPE: 1898478

Estudo Técnico Preliminar 23/2021

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

A presente propositura se justifica por ser o uniforme uma solução prática para os adolescentes irem à escola, na medida em que pretende valorizar e identificar os discentes do CAVN, além de atuar como mecanismo de divulgação da própria instituição.

O uso dos uniformes pelos discentes também é importante por aspectos de segurança e padronização, ao possibilitar a identificação deles no percurso para a instituição ou em outras situações oficiais, como visitas e eventos fora da instituição.

Ademais, os uniformes simbolizam as cores, o nome, a tradição e o símbolo da escola, de modo que desenvolve nos alunos um sentimento de pertencimento ao grupo, fundamental no desenvolvimento psicossocial deles.

Além de proporcionar a vestimenta aos discentes, também são resultados esperados: a redução do número de licitações, a ausência de estoques físicos e a economia de tempo e recursos técnicos e financeiros.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	José Acelino de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Considerando os processos anteriores de uniformes escolares do CAVN, bem como os padrões de mercado, no que tange a esse tipo de vestimenta, a seguir são elencadas as características mínimas de cada peça proposta, de maneira a atingir os resultados esperados.

Ressalta-se que as quantidades solicitadas de cada tamanho e o nome do Campus serão indicadas pelo solicitante no documento de Autorização de Fornecimento.

Trata-se de material de consumo cuja necessidade de contratação é frequente, seja em face do desgaste natural decorrente do uso dos uniformes e sua consequente substituição, como também pelo ingresso de novos alunos durante o ano letivo.

Não haverá necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

1. Camisas modelo polo em malha fria na cor branca com detalhes em azul e impressa com logomarcas do CAVN e UFPB. TAM: P, M, G e XXG.



2. Camisa branca em malha fria ou algodão, com logo do CAVN. TAM: P, M, G e XXG.



3. Camisa social MANGA LONGA em tecido tricoline ou algodão com logo do CAVN e UFPB TAM: P, M, G, e XG.

5. Levantamento de Mercado

Em consulta a contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, não foi identificada a existência de novas metodologias que melhor atendam às necessidades da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

Registrar preços, pelo Sistema de Registro de Preços, para eventual fornecimento de uniforme escolar, a fim de atender às necessidades do Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” – CAVN.

A opção pelo processamento das compras através do Sistema de Registro de Preços – SRP possibilitará prover o CAVN e demais órgãos participantes com uniformes escolares. Justifica-se pelo fato de haver necessidades de contratações frequentes, entregas parceladas, impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, além de atender a mais de um exercício financeiro, tornar mais ágil as aquisições e favorecer a padronização dos materiais adquiridos.

A aquisição dos uniformes ocorrerá na medida exata do surgimento das demandas do CAVN.

O fornecimento dar-se-á conforme as condições que estabelece o ETP, durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

Os materiais devem ser solicitados mediante emissão de Nota de Empenho e celebração de Contrato para valores acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Na ocasião do pedido de fornecimento será encaminhada a Nota de Empenho e a Autorização de Fornecimento, contendo o tamanho (P, M, G, GG ou EG) e a quantidade de cada item, por meio de correspondência eletrônica, sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela CONTRATADA.

Para a camiseta manga curta personalizada para eventos, no envio do pedido de fornecimento, também será disponibilizada à CONTRATADA a arte para a confecção do produto.

As obrigações decorrentes do procedimento licitatório serão formalizadas por meio da Ata de Registro de Preço, celebrada entre o Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” – CAVN. o(s) licitante(s) vencedor(es), que deverá observar os termos da Lei n.º 8.666/1993, do Decreto n.º 7.892/2013, do instrumento convocatório e, também, as demais normas legais pertinentes.

O registro de preços terá o prazo de validade de 12 (doze) meses improrrogáveis, contados a partir da data assinatura da Ata de Registro de Preço.

Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, o Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” – CAVN, não será obrigado a solicitar os uniformes aos fornecedores registrados da ata, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata.

Os uniformes deverão ser garantidos pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias corridos ou pelo prazo estipulado pelo fabricante, o que for maior, contra quaisquer espécies de defeitos, contados da data efetiva da entrega, devendo a CONTRATADA, após a comunicação do CONTRATANTE, providenciar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, as devidas correções. Todo material entregue em substituição àquele defeituoso terá sua garantia contada a partir da data do novo recebimento definitivo.

Os endereços dos locais de entrega deverão ser disponibilizados em anexo do Edital.

A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos uniformes no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

Os uniformes deverão ser devidamente dobrados e embalados individualmente em uma embalagem de plástico transparente, no tamanho adequado a eles e com a identificação da peça e tamanho.

A CONTRATADA deverá cumprir, no que couber, as disposições previstas na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1 de 19 de janeiro de 2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas foram levantadas pelos campus participantes e o seu montante total encontra-se na Relação de Itens extraída do Divulgação de Compras, anexo a esse documento.

Os estudos de demandas e memórias de cálculo dos participantes foram incluídos em suas estimativas na manifestação de interesse no SIASGnet, e foram anexados ao processo eletrônico desse registro de preço.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Catmat
01	Camisas modelo polo em malha fria na cor branca com detalhes em azul e impressas com logomarcas do CAVN e UFPB. TAM: P, M e G, XXG.	Unid	1320	150282
02	Camisa branca em malha fria ou algodão, com logo do CAVN. TAM: P, M e G, XXG.	Unid	4200	150284

8.	03	Camisa social MANGA LONGA em tecido tricoline ou algodão com logo do CAVN e UFPB TAM: P, M e G, XG.	Unid	100	265519

Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado dessa contratação é de R\$ 103.171,60. Por se tratar de um processo para Registro de Preços não há necessidade de previsão orçamentária.

Os preços máximos unitários individuais a serem praticados na contratação estão listados na tabela a seguir. Para a realização da pesquisa de preços foram observados os parâmetros previstos na Instrução Normativa n.º 73, de 5 de agosto de 2020.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Catmat	Média	Valor Total
01	Camisas modelo polo em malha fria na cor branca com detalhes em azul e impressas com logomarcas do CAVN e UFPB. TAM: P, M e G, XXG.	Unid	1320	150282	R\$ 25,58	R\$ 33.765,60
02	Camisa branca em malha fria ou algodão, com logo do CAVN. TAM: P, M e G, XXG.	Unid	4200	150284	R\$ 15,43	R\$ 64.806,00
03	Camisa social MANGA LONGA em tecido tricoline ou algodão com logo do CAVN e UFPB TAM: P, M e G, XG.	Unid	100	265519	R\$ 46,00	R\$ 4.600,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto será parcelado, sendo a disputa por item, em razão do entendimento de ser técnica e economicamente viável, visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Esse entendimento se baseia nos processos anteriores de registro de preço de uniformes do Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” – CAVN, bem como nas contratações de objetos similares realizadas por outros órgãos e entidades da administração pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No momento não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes à contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida se alinha ao Desafio Institucional 2 – “Garantir Permanência e Êxito com foco na formação integral do estudante”, do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Sobre o Plano Anual de Contratações – PAC, de que trata a IN SEGES/ME nº 01/2019, ressalta-se que os itens devem ser inseridos pelos participantes e gerenciador no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC.

12. Resultados Pretendidos

Reduzir o número de processos relacionados à aquisição de uniformes escolares, evitando a não manutenção da padronização da vestimenta.

Consolidar uma ata de registro de preço para atendimento de uma necessidade frequente do órgão gerenciador, com ganhos obtidos pela economia de escala e pela redução de processos licitatórios individuais, otimizando o uso de recursos públicos.

Obter peças de qualidade, confortáveis e duráveis, que possam ser usadas muitas vezes

13. Providências a serem Adotadas

Com relação à adequação dos ambientes, não foram identificadas providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato.

Caberá ao gerenciador e participantes o levantamento dos quantitativos por tamanho (P, M, G, GG ou EG), de acordo com o público a ser atendido, o que deverá ser indicado no pedido de fornecimento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Problemas relacionados ao bem-estar dos trabalhadores, como o não respeito aos direitos garantidos em lei, especialmente por parte das grandes indústrias do vestuário, costuma ser noticiado pela mídia, e levanta questionamento sobre o funcionamento desse mercado, o que pode fazer do fato um possível impacto ambiental. Entende-se que o próprio sistema eletrônico onde o pregão será operado pode ser tido como uma medida mitigadora, uma vez que, como condição para participação, o licitante deverá assinalar, em campo próprio, “sim” ou “não”, para diversas declarações, dentre as quais: “que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;” e “que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;”. Ressalta-se que o edital do pregão eletrônico, a ser elaborado com base no modelo disponibilizado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União, apresentará essas informações no item que trata da participação no pregão.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN n.º 40, de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

16. Responsáveis

JOSÉ ACELINO DE OLIVEIRA

Chefe do Almoxarifado